

Gilmar Mauro¹

A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina²

Resumo: Com o propósito de refletir sobre a construção do poder popular, este texto faz uma análise das táticas adotadas pela classe trabalhadora e dos elementos que levaram à derrota do socialismo real. Além de uma crítica da situação atual brasileira, estão incluídas reflexões sobre o poder, o Estado e o partido na relação com os movimentos sociais. É feito um balanço do impacto do *neo-liberalismo* nas lutas de classes no Brasil, sendo apontada a necessidade de derrotar o sistema do capital. Por fim, o autor propõe o debate de elementos indispensáveis ao *exercício da construção do poder popular*, ilustrando-os com a experiência do MST e seus esforços pela definição de um novo instrumento político.

Palavras-chaves: MST; poder popular; instrumento político; socialismo.

Abstract: This paper aims to reflect about the *popular power* organization, that's why, at first, it analyses the historical tactics employed for working class and the reasons of the "real socialism" failure. Besides a critic of the Brazilian situation nowadays, some points and concepts, as the power, the State and the party, are focused on their relationship with the social movements. There is also an overview of the neo-liberalism's impact upon the class struggles in Brazil, indicating the importance of fighting capitalist system. At last but not least, the author proposes a debate of the fundamental elements to exercise *popular power* organization, illustrating them with the MST's experience and its efforts to create a new political instrument.

Key-words: MST (*Landless Rural Workers' Movement*); popular power; political instrument; socialism.

Vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo. Portanto, é compreensível que somente uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social tenha condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. (Mészáros, 2002)

Apresentação

Há um certo consenso entre os estudiosos e os diversos movimentos sociais de que vivemos um período de crise histórica profunda. Falo, mais especificamente, de uma crise profunda provocada pelo sistema do capital, gerando desigualdades e diferenciações sociais que não mais se escondem no seio da sociedade, crise que não pode mais ser minimizada por meio da construção de pequenas e

¹ Membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e integrante do movimento desde 1985.

passageiras políticas sociais de controle da classe trabalhadora como um todo, representadas pelas conquistas e tentativas de manutenção dos direitos civis e trabalhistas. Não se trata, também, de falar do “fim da história”, como aqueles que chegaram a acreditar que as utopias socialistas haviam morrido ou tinham sido sufocadas com a queda do bloco soviético. Trata-se de identificar as saídas históricas, já encontradas pelos trabalhadores(as) em sua luta política cotidiana, como forma de contestar essa sociedade do capital e propor a sua real e possível transformação.

O esforço, aqui concentrado, é compartilhar algumas reflexões sobre a nossa tarefa histórica quanto à classe trabalhadora, na luta pela construção de um novo tipo de sociedade, na qual estaremos livres da opressão da propriedade privada e da exploração de uns pelos outros. Ainda que, a crise do atual sistema queira fechar as fendas que se apresentam para a construção dessa sociedade, ou seja, da sociedade socialista, quero, justamente, destacar, os “vazamentos de espontaneidade” (coor-denadas ou não) da luta dos trabalhadores efetuada no sentido de fazer resistência à hegemonia global do sistema do capital.

Com o propósito de refletir sobre a construção do poder popular, o texto que se segue é dividido em três partes. Na primeira, *A dialética das lutas socialistas*, procuro fazer uma análise das táticas adotadas pela classe trabalhadora e levantar alguns elementos que levaram à derrota do socialismo real. Entendo que apontar as contradições históricas enfrentadas nos permitirá ver novos caminhos rumo à construção de uma sociabilidade livre de opressão e exploração. Ainda nesta parte, destaco elementos da situação atual brasileira, ressaltando as experiências adotadas pela esquerda partidária. Também estão incluídas algumas reflexões sobre o tema do Poder, do Estado, do Partido e de suas relações com os movimentos sociais, que precisam ser aprofundadas na perspectiva da construção do poder popular e do novo sujeito histórico.

Na segunda parte, denominada de *O neoliberalismo e as lutas de classes no Brasil*, apresento a real necessidade de derrotar o sistema do capital para superar o neoliberalismo. Para isso, somente poderemos contar com a própria organização da classe trabalhadora, já que não há nenhum setor da burguesia brasileira que ainda se apresente com algum tipo de projeto nacional desenvolvimentista com possibilidade transformadora da estrutura político-econômica aplicada atualmente.

Na terceira e última parte, *Desenvolver práticas para o exercício da construção do poder popular*, aponto alguns elementos sobre metodologia, formas organizativas e os desafios na construção do poder popular. Destaco a construção dos conselhos populares e, inclusive, a sugestão de construirmos um Movimento Político pelo Poder Popular. Para ilustrar o significado da construção do poder popular, abordo o tema da participação no MST e a busca pela construção do instrumento político.

Por fim, as idéias aqui sistematizadas encontram-se em debate, aprofundamento, revisão, contestação e reconstrução, mas já se apresentam como uma síntese preliminar de inúmeras discussões ocorridas em torno do tema da Construção do Poder Popular. Nesse sentido, acredito que socializá-las, mais do que colocar um ponto final no debate, significa ampliar e expandir as possibilidades de interpretação da nossa realidade e afirmação da nossa tarefa e desafio enquanto classe social: a organização da classe trabalhadora e a construção do Poder Popular.

A dialética das lutas socialistas

Toda construção teórica revolucionária que busque uma aproximação da verdade é fruto da interpretação da realidade, com o objetivo de transformá-la. Foi o que fizeram muitos pensadores marxistas. Essas construções teóricas devem ser objeto de estudo na atualidade. Não estudá-las é não conhecer as experiências históricas desenvolvidas pela classe trabalhadora e, portanto, não aprender com elas. No entanto, transformar as mesmas em dogmas ou receitas aplicáveis a toda e qualquer realidade, buscando enquadrar/encaixar a realidade nos conceitos desenvolvidos, é ser antidialético. A experiência histórica já demonstrou uma quantidade grande de erros cometidos pela tentativa de transposição mecânica de experiências e construções teóricas, que deram certo em determinadas realidades, pois construídas a partir da leitura das suas especificidades, mas se revelaram insuficientes quando aplicadas em outros locais.

Um importante exemplo disso é o caso *chinês*, em que mais de vinte anos depois da Revolução Russa tentou-se por onze vezes tomar o poder do Estado a partir das orientações do Comitê Central Soviético e, em todas as tentativas, os revolucionários foram derrotados. Primeiro, porque a realidade da China era diferente da realidade russa. Segundo, porque a classe dominante, assim como a classe trabalhadora, aprende com os processos revolucionários para impedir que eles ocorram em outros locais. Nesse sentido, toda cópia ou transposição mecânica não funciona. Para ocorrer a revolução chinesa, as táticas adotadas foram baseadas na realidade da situação chinesa, tendo-se como estratégia o ideário da *guerra popular prolongada*, formado o exército vermelho com as massas e derrotando-se, enfim, os inimigos.

Muitos tentaram copiar a estratégia chinesa e foram derrotados, outros tentaram copiar o modelo cubano. Hoje há quem ache que precisamos encontrar o “nosso Chavez”. No caso brasileiro, pudemos constatar a tentativa de transposição da análise da situação da Rússia no período pré-revolucionário, em que, segundo o modelo da *revolução por etapas*, se estabeleceu que éramos pré-capitalistas e que, portanto, precisávamos passar pela etapa da revolução burguesa para derrotar as oligarquias agrárias e o imperialismo nascente, fazendo aliança com setores burgueses nacionais, para depois, então, fazermos a revolução socialista. O que, de certa forma, se repete hoje com a idéia do “projeto nacional”, em aliança com setores burgueses antineoliberais, sobre o que trataremos na reflexão acerca do neo-liberalismo.

Quanto à teoria da revolução, ou a teoria da organização, são questões que carecem ser clarificadas. Quando Lênin elabora a teoria da organização, dispersa em vários dos seus escritos – “Análise do Desenvolvimento da Rússia”, entre outros –, está buscando respostas de como organizar a luta revolucionária no seu país. Ele o faz de forma genial, pois consegue dar respostas políticas adequadas àquela realidade. Quando queremos aplicar a mesma teoria a uma realidade como a brasileira, nós o fazemos de forma lamentável, pois a situação brasileira no século XXI é muito diferente da situação russa do início do século XX. Isto não significa ‘jogar’ Lênin e suas construções teóricas na lata do lixo; pelo contrário, temos de resgatar os passos da análise e nos apropriar do *método investigativo*, averiguando as al-

ternativas e possibilidades que estavam colocadas naquele momento histórico. Trata-se do método investigativo e de princípios estratégicos pautados na luta de classe, que fizeram parte da análise de Marx, Engels, Lênin, Rosa, Gramsci e tantos outros...

A interpretação da América Latina, a partir de uma visão mecanicista eurocêntrica de mundo, levou, em particular no caso brasileiro, a uma subestimação e marginalização das massas pobres – indígenas (povos originários), negros e outros setores da classe trabalhadora – como sujeitos potenciais dos processos revolucionários, estabelecendo-se que a revolução seria comandada pela classe operária em aliança com o campesinato. O proletariado, aquele que, segundo Marx, só tem a força de trabalho, virou sinônimo de operário. Ora, o proletariado no mundo todo é muito maior que o operariado. Com isso, não se está negando a importância deste no processo revolucionário, mas não como sujeito pré-determinado pelo destino ou por alguma construção teórica. É sempre bom lembrar que o(s) sujeito(s) se faz (em) no próprio processo de lutas pela transformação e que a condição para tal, além dos aspectos objetivos, é se dispor, é querer fazer as lutas. Portanto, temos de reconhecer que o mundo do trabalho passou por drásticas mudanças ao longo do século XX, desafiando-nos a identificar novos sujeitos sociais que despontam na luta pela resistência contra o capitalismo na atualidade. Recentemente, na América Latina, os processos de lutas ocorridos no Equador, México, Argentina, Venezuela, Bolívia e Brasil indicam, com algumas exceções, que não é o operariado o principal motor dos eventos ocorridos, demonstrando que outros setores e categorias, como os indígenas e os camponeses, têm-se afirmado como protagonistas das lutas de resistência desde o final do século XX. Entretanto, também é verdade que uma parte significativa destes é formada ex-operários, como é o caso dos cocaleiros, dos “piqueteros” e mesmo dos sem terra, cuja nova base é composta por vários trabalhadores urbanos desempregados, do servente de pedreiro ao ex-operário fabril.

Assim sendo, se quisermos fazer a revolução brasileira, precisamos interpretar a realidade brasileira, identificando as contradições postas pelo sistema do capital, na ordem objetiva da produção e subjetiva das relações, bem como a real composição das classes sociais. A partir da interpretação do concreto real é que definiremos as estratégias, as táticas, os instrumentos políticos e organizativos adequados. Isso não significa negar as elaborações teóricas existentes, pelo contrário, devemos aproveitá-las e reinterpretá-las à luz das mudanças históricas ocorridas no desenvolvimento da luta de classes. A fonte para isso está associada diretamente à nossa capacidade de relacionar a teoria por meio da práxis social coletiva.

1.1. A questão da vanguarda: o caso brasileiro

Conforme tentamos abordar, a construção de um *partido de quadros*, a “vanguarda”, não é suficiente para garantir o sucesso de um processo revolucionário. Ademais, a idéia de um partido fechado e restrito a poucos é fruto das condições reais existentes em sociedades como a russa, onde era praticamente impossível a existência de organizações de massas abertas, pois a repressão era implacável. Para aquela realidade, o partido de quadros, clandestino, era o mais conveniente. O problema é que, seguindo a lógica bolchevique, muitos setores da esquerda mantêm como verdade a mesma construção teórica e estrutura partidária. Pior:

muitos trans-formaram o partido no sujeito político das mudanças, confundindo o que seria o *instrumento*, o meio, com o seu *fim*, de modo que a classe trabalhadora – os sujeitos – por vezes, não está inserida e, portanto, é alienada do processo de construção e participação partidária. O partido, assim, coloca-se acima da classe e se transforma, de forma fetichista, no objetivo principal.

Nunca é demais ressaltar que toda construção organizativa é, ou deveria ser, um instrumento a serviço das mudanças, cujos protagonistas – a classe trabalhadora – não podem ser substituídos nesta tarefa. Ou seja, o *organizativo* deverá sempre estar em função do *projeto estratégico*, o poder popular, no qual a participação efetiva da classe é imprescindível, pois não se pode separar o *projeto do sujeito*.

Essas construções ideológicas, presentes hoje em diferentes estratos da esquerda, fazem com que as disputas inter-instrumentos passem a ser o elemento mais importante da luta política, uma vez que parece intrínseco que a vitória de uma corrente sobre as demais seria sinônimo de ganhos na condução e na direção do instrumento político, como se isso, e não a revolução, fosse o mais importante. Seria cômico, se não fosse trágico, que as disputas internas de poder nos partidos centralizassem a principal preocupação dos quadros e militantes políticos, a ponto de se comemorarem as derrotas de determinadas correntes de esquerda no processo de disputa contra-hegemônico, enquanto a classe dominante manda soberana e se diverte de camarote. Importante se faz afirmar, no entanto, que uma abordagem precisa dos problemas vividos, interna e externamente, pelos mais importantes *instrumentos organizativos* são problemas de todos (as) que anseiam transformar o mundo e, portanto, a crise vivenciada pela esquerda partidária na atualidade é parte da crise de toda a esquerda, atingindo, portanto, também toda a classe trabalhadora.

Devemos partir do exemplo de Marx e de Engels e suas reflexões sobre o processo de luta da Comuna de Paris, que nos parece ilustrativo para o momento em que vivemos. Todos sabemos que os dois amigos orientaram os trabalhadores parisienses a não empreender, naquele momento, o processo de luta revolucionária contra a classe dominante francesa, pois, para eles, as condições eram muito desfavoráveis e, portanto, insuficientes para uma vitória definitiva. Entretanto, os trabalhadores não consideraram as orientações e se lançaram à luta. Quando ocorreram os enfrentamentos, Marx e Engels colocaram-se ao lado dos trabalhadores rebelados e articularam apoios de todo tipo, inclusive da Internacional dos Trabalhadores, numa clara demonstração de que os verdadeiros revolucionários devem estar ao lado ou apoiar qualquer luta revolucionária, não importando se foi ou não orientação sua, se estiveram ou não na direção e no comando das mesmas. A Comuna foi derrotada, mas Marx e Engels não saíram criticando os “comuneiros” pela derrota sofrida, tampouco alardeando que haviam recomendado que não se fizesse a luta. Pelo contrário, os dois foram *estudar* todo o processo da Comuna e extrair daí lições, para que estas servissem à classe trabalhadora nos futuros enfrentamentos de classe e não se cometessem os erros, até então, não percebidos. Nas reflexões produzidas, além de elencar os erros, foram apreciados os acertos e os aspectos positivos que se originaram naquele processo. Essas lições devem nos orientar hoje (Marx, 1977, e Engels, 1891).

1. 2. A questão do poder

Outro ponto central está relacionado ao tema do poder. A maior parte da esquerda convencional, inspirada nas revoluções do século XX, sintetizou a sua estratégia política na “tomada do poder”, no “assalto ao poder” e em outras expressões similares. Para esses, o poder era (e ainda é) concebido como uma espécie de objeto que pode ser tomado ou agarrado, tal como se pega qualquer coisa. Cria-se, assim, uma imagem de que “não se tem poder e de que não se exerce o poder” até que ele seja tomado definitivamente. Segundo essa acepção, inclusive, o poder se encontra num lugar determinado: Palácio do Planalto, Casa Branca, Kremlin etc., sendo necessário, portanto, então, que nos deslocarmos para alcançá-lo. Claro está que os palácios possuem uma simbologia grande, principalmente no seio do povo, mas daí limitarmo-nos a ver o poder apenas a partir desses espaços é, no mínimo, coisificar a realidade de dominação engendrada pela lógica burguesa e por seus valores.

Ora, poder é mais que uma coisa, portanto, é mais que a “máquina do Estado”, que obviamente é grande. *Poder* é relação social e, como tal, acontece em várias dimensões, até mesmo nas relações pessoais. As relações de poder são construídas e reproduzidas em diferentes âmbitos; tampouco são estáticas.

O poder do Estado, econômico e político, para se sustentar, implica a atuação em algum grau de consenso, mesmo partindo de um consenso não-democrático. Pode-se obter legitimação, implicando esta a aceitação, por parte do povo, da dominação. Esse “consenso” é gerado pelos aparelhos midiáticos, por diversas instituições (escola, igreja, família etc.), ou por outras instituições privadas, que Gramsci chamou de *aparelhos privados de hegemonia* (sindicatos, federações, fundações, ONGs etc.). Segundo o IBGE (2002), existem no Brasil mais de 270 mil ONGs e instituições privadas,² as quais, em grande medida, estão a serviço da produção de “consensos” na sociedade, isto é, na defesa do *status quo* e dos valores da sociedade burguesa. Em grande medida, estes atores, decodificados pelo Terceiro Setor, atuam na substituição do Estado, realizando atividades de mitigação das diferenças sociais e atuando em projetos com delimitação territorial junto às chamadas minorias pobres, exercendo um influente papel de mediador nos conflitos sociais. Exemplos de ações desse tipo são os projetos voltados aos bolsões de miséria nas áreas da educação, saúde básica, participação social, desenvolvimento cultural etc., limitados à garantia de manutenção de uma realidade social passível de ser controlada.

A relação entre *movimentos sociais e Estado* apresenta uma série de elementos que convergem para uma relação complexa e muitas vezes confusa entre esses dois atores. Nesse sentido, o Estado é a sua forma estatal (burocracia estatal, governos, etc.) e os aparelhos privados de hegemonia (igreja, escola, imprensa, ONGs etc.) estabelecem a mediação desse Estado junto à sociedade. Vivendo numa época em que pôde acompanhar os processos de socialização da participação política, Gramsci

² Segundo dados analisados pela Profa. Lúcia Neves, em aula ministrada no curso de *Teoria Social e Produção do Conhecimento*, em fevereiro de 2005 na UFRJ, nas 270 mil ONGs e instituições privadas existentes no Brasil trabalham três vezes mais pessoas que em todo o serviço público federal, com um média salarial de R\$800,00. São associadas à ABONG próximo de 4.800 entidades, consideradas progressistas. Uma parcela minoritária das 270 mil é representada por sindicatos e associações diversas, cujo foco de ação são os trabalhadores.

analisou a formação dos grandes sindicatos, partidos, a consolidação do sufrágio universal etc., percebendo, também, que as leis e funções criadas nesse período apresentavam como característica central uma certa *autonomia* em relação à economia e às estruturas repressivas do Estado, complexificando a noção e o entendimento do que vinha a ser o próprio Estado. Ao se referir aos novos organismos de participação política (partidos, sindicatos etc.), Gramsci diz que Marx, na sua época, não pôde analisar o real sentido das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida, em especial quanto ao que ele denomina de trama privada (ou sociedade civil), que mais tarde será chamada de aparelhos privados de hegemonia. Para Gramsci, os organismos aos quais se adere voluntariamente são privados e não utilizam os aparelhos repressivos.³

Constata-se, de fato, que Estado algum pode operar exclusivamente mediante a coerção. Mesmo no Estado escravista, cuja relação se dava através da opressão-exploração praticamente sem disfarces, era preciso usar meios não-coercitivos para obter a aceitação do povo e exercer o poder, como a naturalização (dada na estrutura subjetiva da sociedade) de certas idéias: tradição, inferioridade do negro, superioridade branca, subalternidade do pobre etc. Nas sociedades burguesas, cujo projeto histórico proposto se embasa nas noções de “liberdade, igualdade e fraternidade”, assim como na de progresso, essa tarefa é ainda maior. Portanto, cabe à ideologia burguesa a tarefa não só de conquista do poder, mas de sustentação do mesmo. Nenhuma outra classe na história concedeu à ideologia um papel tão decisivo em seu modo de dominação. O esforço foi e continua sendo de converter a igualdade em subordinação de todos frente à lei. A liberdade é entendida como a “livre” disposição para a venda da força de trabalho; a fraternidade é aquela entre os burgueses e o progresso concebido como perspectiva individual de promoção social. Assim sendo, o papel da ideologia e dos aparelhos privados de hegemonia é fundamental para a geração de consensos, sem, com isso, abrir mão do monopólio da força e da coerção, ou seja, consensos que, de certa forma, justifiquem a própria coerção como um ato legítimo do Estado em nome da livre organização da sociedade.

Antonio Gramsci, quando trata do tema da hegemonia, faz uma reflexão acerca do porquê os revolucionários na Alemanha, Hungria e Itália foram derrotados, ao contrário do que ocorreu na Rússia. Argumenta que no caso russo, sendo uma sociedade dirigida pelo czarismo, em que praticamente não havia sociedade civil

³ Portanto, para Gramsci, o Estado no sentido amplo agora incorpora novas determinações, sendo formado por duas esferas que se distinguem a partir de uma materialidade própria, a Sociedade Política e a Sociedade Civil: *...Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privada, como igreja, os sindicatos, as escolas etc.)...* (Gramsci, apud, Coutinho, 1999, p. 124). Assim, o Estado é o representante da Sociedade Política, já a Sociedade Civil tem como base as organizações responsáveis pela *“elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas) etc.”* (Gramsci apud Coutinho, 1999, p. 121). Ambas em conjunto formam o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia); Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como *“Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia escudada na coerção”* (Gramsci apud Coutinho, 1999, p. 127).

organizada, a tarefa era a “tomada do Estado” – a fortaleza – , seguida da construção da sociedade civil. Nos outros países da Europa, onde havia um maior desenvolvimento econômico e uma sociedade civil mais organizada, a tarefa principal era construir a hegemonia antes da tomada do poder. Se analisarmos atentamente o caso russo, veremos que para a “tomada do poder” foram fundamentais os *soviets* de soldados e trabalhadores. Os bolcheviques, a princípio, viam com restrição os *soviets*, mas depois incorporaram os *soviets* à sua estratégia, estimulando a organização de outros por todo o país, gerando o que foi conhecido como a duplicidade de poder. Todavia, esse instrumento de participação popular foi abandonado posteriormente.

1.3. A “máquina do Estado” como agente principal das mudanças

Parte significativa da esquerda em todo o mundo tem como pressuposto que o Estado, sob o controle do partido, será o principal agente das mudanças sociais, o “engenheiro” da justiça social. Em decorrência disso, a concepção predominante é a de que estas mudanças serão feitas na sociedade de cima para baixo. O papel dos movimentos de trabalhadores e da massa dos eleitores é colocar os “engenheiros” no lugar certo para, usando as ferramentas do Estado, implementar as políticas mudancistas, como se fosse uma simples questão técnica, a depender apenas de especialistas ou bons quadros. Por isso, a metáfora da “máquina” – máquina do Estado – é corrente na esquerda e o objetivo principal se transforma em assumir seu controle para, com a pessoa certa no comando das alavancas corretas, promover as mudanças. Quando a alavanca for acionada, será preciso muito mais que o partido; será preciso que os movimentos sociais se façam “pistões”⁴ desse processo. Essa linguagem das *máquinas* enquadra-se na visão das mudanças a partir, fundamentalmente, da ação do Estado, seja nacional, estadual ou nos municípios. Nesse caso, a massa, o povo, é um simples receptor passivo ou fonte de apoio eleitoral e financeiro – para alguns partidos nem isso mais, já que as grandes empresas é que os patrocinam – e não a fonte viva de poder, ainda que em potencial.

No caso brasileiro, em muitos locais onde a esquerda governou estados e municípios, não foram construídos processos consistentes de participação e poder popular. Claro, houve algumas experiências de orçamento participativo, mas, mesmo onde ocorreu, a decisão sempre recaiu sobre uma parte ínfima do orçamento dos municípios, já que a grande fatia dos recursos estava previamente comprometida com o pagamento de dívidas públicas, do funcionalismo em geral, das “grandes obras de investimentos” etc. A sobra disso era o que se colocava em discussão com setores da comunidade, chegando-se ao nível de se discutir e decidir sobre as migalhas restantes entre várias comunidades. Essa é uma concepção que está pro-

⁴ *Pistão* é o responsável pela movimentação interna do motor, ou seja, por fazer com que o virabrequim gire e, conseqüentemente, as demais peças que compõem os motores por combustão interna. Os pistões são peças capazes de agüentar altas pressões e de transferi-las para o virabrequim e, conseqüentemente, este para outras partes. A maior parte do esforço está concentrada no que ele pode fazer. (...) Na sua “cabeça” ocorre a detonação da mistura de combustível (combustão), a qual gera o movimento. Em outras palavras, é nele que começa a transformação da energia de explosão em energia de movimento. (Fonte: “Pistões - o ponto forte do motor”. http://www.nitrocar.com.br/info_pistoes.php. Consultado em: 05/09/2006). (Nota do editor.)

fundamente arraigada na esquerda, seja ela mais revolucionária ou mais reformista, à medida que não vê o povo, as massas, como agentes das mudanças sociais, os quais precisam ser incorporados, estimulados e formados para efetivamente assumir o poder, como única possibilidade de se fazer e garantir a sustentação das mudanças e da revolução.

Quando a participação popular restringe-se ao apoio eleitoral, os resultados deixados pelas administrações de esquerda são pífios na perspectiva do poder popular ou, por vezes, até significam retrocessos que podem ser constatados quando a esquerda perde as eleições para setores da direita. Houve casos em que existiam movimentos sociais com atuação significativa, os quais, após a eleição do “maqui-nista de esquerda”, tiveram seus dirigentes locais incorporados para se somar ao aparato estatal (à máquina pública). Essas lideranças, ao assumirem cargos públicos e ao ajudarem a administrar o Estado, viam-se limitadas, no melhor das vezes, a gerenciar em favor do *status quo* dominante. Contraditoriamente, o papel desempenhado por elas passa a ser o de acalmar o seu “antigo” movimento, que continua com a luta em defesa das suas reivindicações históricas. Para tal, o discurso é permeado por pedidos de paciência e até de desmobilização da própria luta, para não “desestabilizar o governo democrático” nem dar motivos para a direita atacá-los.

Foi assim que, em muitos países, a esquerda pós-queda do muro de Berlim adotou como estratégia principal a disputa eleitoral, sendo construídos grandes aparatos dentro dos partidos, com vistas à criação das condições para a implementação daquela. O mesmo ocorreu no Brasil, que desde 1989 teve a esquerda social reunida em torno do slogan “LULA-LÁ” como meta principal e, mesmo sendo vitoriosa em 2002, não produziu os efeitos idealizados por muitos que participaram desse processo. Na nossa visão, não há equívoco no fato de se pretender eleger um presidente da República, mas sim em torná-lo símbolo único da tomada do poder, sem construir as bases subjetivas e objetivas (dadas na participação e na luta de massas) para a edificação de uma nova estrutura que o oriente e sustente. Ou seja, resumir a perspectiva de mudança estrutural à eleição de um indivíduo destituído de uma base sólida de participação e mobilização popular, capaz de sustentar a construção de novas relações político-econômicas, é um erro. Nossa disputa não é eleitoral. Pode até incluir a eleição, mas nosso horizonte é a construção de uma nova sociedade. Portanto, sem a participação efetiva das massas conscientes, dificilmente viveremos essa utopia.

1.4. O partido e os movimentos sociais

Para viabilizar a estratégia de disputa do poder do Estado, o partido se transformou no seu principal instrumento, embora nos seus primórdios dependesse dos movimentos sociais para se consolidar. O partido necessitava de uma base clara de sustentação, mas ao longo do tempo se distanciaria dela, passando a vê-la como simples apoiadora em períodos eleitorais. O partido, assim, passa a se concentrar somente em disputas políticas parlamentares, distanciando-se, cada vez mais, da vida real e das demandas objetivas dos trabalhadores, apesar de, por vezes, tê-las nos seus programas e de se comprometer em defendê-las.

Muitos vêem os movimentos sociais como aqueles que devem fazer a ponte entre as reivindicações econômicas da massa, servindo de apoio para a disputa política. Alguns movimentos, por outro lado, fazem somente as lutas reivindicatórias, delegando ao Partido a luta política. Com isso, segmentam-se e despolitizam suas próprias lutas, como se as mesmas não fizessem parte da disputa política de classes, obscurecendo a compreensão e a elevação da consciência de seus protagonistas. Ora, as lutas pela terra, solo urbano, casa, créditos etc. são lutas econômicas, mas conquistar a terra para a Reforma Agrária ou para a construção de casas populares, ou mesmo recursos para créditos, também são disputas de classe. Afinal, está-se conquistando parte do poder da burguesia, expresso na propriedade privada e na disputa da utilização da mais-valia social (os recursos públicos). No entanto, deixar que essas lutas permaneçam presas somente ao seu aspecto econômico é um problema de concepção e compreensão desses movimentos e, com certeza, prejudicial aos avanços rumo à superação da ordem. Assim, a separação entre a luta política e as lutas reivindicatórias empobrece e burocratiza os partidos políticos, transformando-os em “máquinas” que proferem às massas discursos demagógicos, sem alterar a essência dos problemas do povo.

A luta reivindicatória e social não pode estar separada da luta política. As lutas imediatas podem e, efetivamente, são elementos mobilizadores que, uma vez articulados no seu enfrentamento de classe à disputa política, permitirão o desenvolvimento de experiências concretas imprescindíveis à elevação do nível de consciência das massas. Separá-las é produzir uma fratura não só entre luta econômica e luta política; é também impedir que o indivíduo se torne consciente e sujeito de sua ação, quanto à compreensão da totalidade. Ao reduzir o indivíduo ao seu dia-a-dia e ao instrumentalizá-lo apenas para compor marchas, fazer greves e mobilizações, fechar ruas, ocupar terra e prédios etc., o partido interrompe a possibilidade de construção da consciência política ampla, tendo, por isso, de delegar apenas aos quadros do partido a condução das lutas pelas mudanças profundas. Assim, a vanguarda partidária, acima e fora da classe, seria, em síntese, o principal agente das transformações. Essa visão, com certeza, além de caricaturizar os movimentos e, também, os partidos, verticaliza as tomadas de decisões e contribui para a manutenção das burocracias sindical, dos movimentos e dos próprios partidos.

Dada a contradição exposta, qual seria o papel do instrumento político na relação entre os movimentos sociais e o Estado? É possível que a autonomia dos movimentos sociais, em um processo de reascenso das lutas de massas, possa gerar divergências práticas e teóricas com as organizações e os partidos? É possível que o movimento social se torne, a partir da sua prática política, uma organização política (mantendo, porém, sua estrutura organizativa), no sentido de ter quadros políticos capazes de estimular e organizar as massas além da sua base social? São questões como estas que merecem ser melhor debatidas.

Na contramão do enfraquecimento do referencial partidário, os movimentos sociais (re)constituíram um projeto político próprio, buscando uma práxis política e organizativa capaz de autoconferir aos seus militantes e à sua base social a tarefa de produzir uma teoria revolucionária. Nesse sentido, podemos, então, afirmar que

existem atualmente duas grandes interpretações sobre o papel dos movimentos sociais. A primeira condiciona a capacidade do movimento social apenas a travar o embate da luta de classe na perspectiva da organização e mobilização popular,⁵ estabelecendo, assim, o limite da função dos movimentos sociais, cabendo à estrutura política (partido ou organização política) a elaboração da teoria revolucionária. O limite dessa teoria organizativa reside na indefinição quanto ao papel do movimento social. É possível a construção de uma práxis revolucionária construída de fora para dentro dos movimentos de massa (dos reais atores do processo)? A segunda interpretação, muito recente e com boa base na intencionalidade,⁶ apresenta uma nova forma de atuação dos movimentos sociais. Por este enfoque, eles seriam capazes de produzir (através de uma decisão política de toda a estrutura organizativa) uma teoria revolucionária, a partir do acúmulo do passado, mas também levando em conta as novas experiências organizativas (conselhos populares, universidade popular etc.), desde que houvesse mecanismos que os fizessem se reconhecer para além de suas lutas corporativas.

O neoliberalismo e as lutas de classes no Brasil

A crise do Socialismo Real e dos movimentos de libertação nacional avançou a contra-ofensiva do capitalismo, com a implementação do neoliberalismo em nível global. O neoliberalismo, em seus aspectos políticos e econômicos, representa, ao mesmo tempo, a continuidade e o nascimento de uma nova etapa do capitalismo monopólico, produto da iniciativa das grandes potências e dos conglomerados econômicos para enfrentar a classe trabalhadora em escala global e superar a crise do período de desenvolvimento capitalista chamado de keynesiano ou Estado de bem-estar social. Em alguns países da periferia, cujos avanços sociais também foram observados, mesmo em menor proporção que os dos países centrais, este processo foi capitaneado por governos “populistas”.

Uma das marcas mais visíveis das políticas neoliberais foi o crescimento gigantesco das atividades financeiras, especialmente das atividades bancárias, sobre as transações de bens e serviços. No entanto, o neoliberalismo não é um processo que afeta somente os fluxos financeiros e especulativos, mas atinge um conjunto de fatores que envolvem o processo de produção e trabalho, conectados à chamada “terceira revolução tecnológica” (eletro-eletrônica, informática, biotecnologia etc.), com mudanças na organização do uso da força de trabalho e dos meios de produção, com o crescimento e a fusão de grandes empresas e a constituição de megacorporações internacionais. Podemos afirmar que o neoliberalismo não é uma simples política de governos ou de certos monopólios, mas uma nova realidade estrutural, de longa duração, que não

⁵ Podemos citar como exemplo o MAS (Movimento al Socialismo), na Bolívia, organização que teve um papel fundamental na mobilização das massas e, por consequência, na alteração da correlação de forças contra a direita local. Porém, a “tomada do poder” deve passar pela “tomada do Estado”, assim o MAS teve de se auto-organizar na forma de partido institucional (que disputa a eleição) e de partido revolucionário (grupo menor que define a forma como deve ser a atuação junto ao comando da máquina estatal).

⁶ A intencionalidade aqui adquiriu a condição de ousadia, e neste sentido considero a ousadia uma característica fundamental do ser revolucionário. Ser ousado é ser criativo, principal capacidade do homem.

poderá ser revertida sem grandes transformações radicais. É, enfim, um novo ciclo expansivo da globalização capitalista com um custo social, ambiental e econômico muito alto para a classe trabalhadora. Esse modelo não permite alternativas, não permite a alteridade⁷, sem uma ruptura profunda com todo o sistema.

Essa nova hegemonia internacional, exercida pelas grandes corporações financeiras e por seus Estados, condiciona as políticas dos governos e da burguesia da periferia do mundo, fazendo com que grande parte das decisões políticas e econômicas seja tomada nos escritórios das principais multinacionais. A capacidade de manobra destes é pequena, pois as oligarquias locais estão também associadas ao capital financeiro e fazem parte dele. Juntos, saqueiam os territórios nacionais, superexploram a classe trabalhadora, planejam e fazem intervenções em regiões ou países que se contraponham à sua lógica, levando a uma completa subordinação política, econômica, militar e cultural. Isso implica maior dependência, subordinação e pobreza dos povos da periferia.

O capitalismo, em sua fase neoliberal, mais acentuadamente que em outras épocas, impossibilita o desenvolvimento econômico soberano da maioria dos países e regiões localizados na periferia do sistema, como a América Latina. O monopólio das tecnologias de ponta, da engenharia genética, eletrônica, informática, produção militar e o controle dos círculos financeiros e das principais empresas de produção, comércio e serviços em escala internacional, o domínio absoluto dos meios de comunicação e da indústria cultural, a ingerência política sobre a maioria dos governos e a subordinação ou integração dos setores mais importantes das burguesias locais aos grupos financeiros internacionais nos levam a concluir que qualquer projeto que almeje mudar este modelo será necessariamente um projeto de ruptura profunda com o capitalismo e com as burguesias locais.

Por isso, podemos afirmar que não existe uma burguesia nacional disposta a fazer o enfrentamento aos países centrais e aos conglomerados financeiros para fortalecer a economia brasileira com soberania. É preciso superar de vez, principalmente na “esquerda”, o mito de que existe uma burguesia nacionalista e, portanto, aliada à luta contra o neoliberalismo. Essa mistificação é fruto de uma interpretação equivocada, que separa o capital especulativo, aquele que derruba bolsas, quebra países etc., do capital “produtivo”, aquele que é vinculado aos investimentos nas indústrias e serviços.

Na realidade, todos são parte do mesmo sistema econômico, cuja origem dos lucros continua sendo a exploração do trabalho. Inclusive os que investem na bolsa, nos títulos públicos e na especulação são os que detêm os principais meios de produção – como o caso do grupo Votorantim e Bradesco no Brasil, entre outros. Nos governos de FHC e de Lula, os setores burgueses com residência no Brasil fizeram e fazem disputas internacionais, mas somente para obter um melhor lugar e associação com outros grupos a fim de ganhar mais, não tendo nada de nacionalismo nisso. Por isso, se não temos nem “bons burgueses” defendendo um

⁷ *Alteridade* é entendida como o reconhecimento de si, no outro. É representada pelo sujeito que se identifica no outro, o reconhece como sujeito, à medida que, também, se reconhece a si mesmo. A alteridade é a superação do estranhamento provocado pela forma-mercadoria, em que as pessoas também são coisificadas nas relações societárias.

projeto nacionalista, por que temos, nós, de defendê-los, ainda que taticamente? Não nos confundamos: um projeto para o povo terá de ser um projeto antineoliberal, anticapitalista e, portanto, socialista.

O projeto neoliberal provocou mudanças profundas no chamado Estado de Bem-estar Social, privatizando grandes empresas públicas, desestruturando o sistema de seguridade pública, fragilizando a “soberania” política e econômica, incrementando o sistema de repressão, debilitando os sindicatos, partidos políticos e provocando uma crise no sistema liberal de representação.

A participação estatal na economia está reduzida a garantir os investimentos privados, o pagamento de juros e serviços das dívidas, os investimentos em infraestrutura que garantam ao capital as bases de seus investimentos e mantenham a força de trabalho sob condições de precariedade e baixo preço. Para garantir isso, fortaleceu-se o caráter despótico do Estado, investindo-se muito em suas funções repressivas e militares, para manter o controle dos movimentos sociais e das possíveis lutas do povo contra a superexploração a que estão submetidos. A preparação do exército de Campinas, em São Paulo, a fim de se deslocar para qualquer ponto do país em pouco tempo, para intervir em conflitos sociais internos, é um bom exemplo disso. A guerra de baixa intensidade, os dispositivos estatais de cooptação, o controle ideológico e político impedindo o debate e a alteridade, o sistema de espionagem e a própria regulamentação do sistema privado de segurança são demonstrações de que o que falta de investimentos sociais se compensa com repressão. O Estado atual institucionalizou a excepcionalidade, as medidas provisórias, os estados de sítio, fazendo com que o Estado de Direito seja o direito do Estado e, portanto, a garantia da impunidade para a burguesia, com a manutenção do status quo.

Paradoxalmente, são evidentes a instabilidade e as muitas contradições desse sistema. O neoliberalismo agudiza suas contradições, ao aprofundar a crise das instituições burguesas: partidos políticos, parlamentos e instituições que foram criadas para regular a luta de classes, mantendo-as nos marcos das negociações e/ou processos de corrupção, com pequenas políticas compensatórias para evitar, assim, as lutas sociais de massas. No entanto, os problemas causados são tão graves que o discurso político do governo, dos meios de comunicação e dos representantes da burguesia já não consegue sustentar a ideologia do projeto, criando uma crise da representatividade burguesa e da própria “esquerda eleitoral e sindical”.

As conseqüências do neoliberalismo podem ser verificadas no processo de fragmentação de várias categorias de trabalhadores, na diminuição numérica de setores que foram significativos tempos atrás e no surgimento de novos setores, em detrimento das condições objetivas de trabalho e sobrevivência de uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora, que já não encontra emprego formal, do camelô ao “flanelinha”; no aumento de trabalhadores, principalmente no setor de serviços, com uma diferenciação social enorme – neste setor, encontramos inúmeros “postos de trabalho”, alguns altamente qualificados em diferentes áreas (marketing, informática, consultorias etc.), enquanto outros existem em situação de semi-escravidão (empregadas domésticas, segurança privada, “porta-bandeira” nas eleições etc.), caindo-se na precarização cada vez maior do trabalho.

Vivemos, assim, uma conjuntura de crise dos instrumentos sociais e políticos com anseios de transformação e muitas dificuldades para fazer grandes mobilizações de massas, até mesmo por reivindicações econômicas. As mais afetadas são as organizações sindicais, devido à diminuição quantitativa da classe operária fabril e à sua fragmentação dentro do próprio ramo de produção, além obviamente do desemprego que atinge a mesma. Nesse contexto, a luta principal passou a ser pela conservação do emprego, em vez da defesa dos direitos, e por mudanças sociais, renascendo, sistematicamente, o individualismo e o corporativismo das categorias sindicais. Os sindicatos passaram a representar uma parcela pequena da classe trabalhadora, já que a maioria não está contratada formalmente. Com o desemprego, a informalização, a chantagem dos patrões e os problemas organizativos internos, o número de filiados aos sindicatos, que já não era grande, diminuiu significativamente. A tradicional organização por categorias, onde existe, já não consegue desenvolver os processos de lutas e mesmo de representação, de modo que a grande maioria da classe trabalhadora, mesmo os setores formalizados, não está inserida nessas estruturas organizativas.

Essa situação coloca grandes questões e desafios para as organizações sociais, no sentido de articular lutas por mudanças profundas ou mesmo imediatas da classe trabalhadora, uma vez que esta vive um processo de dispersão em categorias e extratos e, portanto, mais heterogênea. Se o seu modo de existência é este, atomizado, suas demandas também serão vistas de forma separada; conseqüentemente, serão diversas suas formas de organização, ainda que, em alguns casos, no mesmo território. No entanto, essas formas devem permitir e estimular a reconstrução de sua identidade, hoje fragmentada, sobre outras bases, ajudando a superar o sentimento de “inferioridade” imposto pela ideologia burguesa. Tal sentimento é baseado na idéia de que sua condição social de desempregado está relacionada à sua inaptidão para o trabalho, ou mesmo ao seu completo despreparo para os postos de trabalho disponíveis. Assim, os trabalhadores incorporam, ao mesmo tempo, o medo e a culpa por estarem desempregados, já que não conseguem emprego porque são incompetentes, muito velhos, jovens demais, sem experiência, analfabetos, semi-alfabetizados, sem qualificação na área de informática, línguas, gerência etc. É preciso, então, resgatar a auto-estima dos trabalhadores e sua indignação frente às classes dominantes.

Desafios e práticas rumo à construção do poder popular

A situação sócioeconômica atual é muito diferente da enfrentada pelos revolucionários no início e meados do século passado. A fase neoliberal do capitalismo coloca para os revolucionários, da atualidade, grandes desafios, principalmente relacionados às complexas mudanças ocorridas nas condições técnicas de produção, internacionalização dos padrões de dominação, alteração nos sistemas de fluxos informacionais e circulação, diferenciações sociais dentro do próprio proletariado, existência de enormes contingentes de pobres concentradas nas periferias dos grandes centros etc. Por isso, dentre tantos outros desafios, ressalta-se o de entender e estimular novas formas de ações e de mecanismos de participação de massas que estão sendo gestados seja na simples luta pela sobrevivência, seja nas ações articuladas como parte de uma estratégia de acúmulo político dentro do quadro atual.

Já existem diversas experiências realizadas nos diferentes níveis de intervenção da atividade humana: controle dos trabalhadores e autogestão de empresas, luta eleitoral e participação no parlamento ou nos governos locais, participação popular nos orçamentos públicos, participação e controle em áreas como educação, saúde, transporte público (a luta pelo passe livre), a luta pela democratização dos meios de comunicação (rádios e TVs populares), os movimentos sociais contra as desigualdades econômicas, étnicas, sexual, racial, a violência policial, em defesa do meio ambiente etc. Todos esses processos são alguns exemplos de ações e instrumentos de que o nosso povo, aqui e acolá, lança mão como forma de defender seus interesses e de elevar sua cultura política.

Essas experiências precisam ser potencializadas, pois é a partir delas, com estímulo, formação e quadros, que se poderão preparar as massas para assumir, elas mesmas, a direção do processo de luta e transição ao socialismo, diferentemente do que ocorreu em passado recente. Elas sintetizam a garantia para o seu êxito. Engels, no prefácio de *Luta de classes na França*, em 1895, diz que “acabou a época das revoluções de assalto ao poder de cima para baixo. As revoluções de agora em diante serão fruto da luta das massas e, se são as massas que a farão, elas precisam saber por que farão, e por que entregarão as suas vidas a esta causa”. Podemos complementar dizendo: se são as massas que farão a revolução, portanto a elaboração do programa e dos objetivos, a condução e a direção, mais a profundidade das transformações que serão feitas, deverão estar de acordo com os anseios das massas.

Porém, não se trata de sermos ingênuos ou idealistas. Obviamente que, a partir do nível de informação e formação da grande maioria do povo, mediada e impregnada de ideologia burguesa, será muito difícil caminharmos somente pelas massas em direção a uma verdadeira revolução social libertária. Por essa razão, uma das grandes tarefas da militância é ajudar a desvendar os fetiches da sociedade capitalista e todas as suas mazelas, além de propagar a possibilidade de uma nova sociabilidade, sob novos paradigmas, que aponte para a plena felicidade humana e para outra relação com a natureza. Por isso, falamos de processos em construção, de experimentações que, necessariamente, terão de ser feitas, como parte do aprendizado histórico das massas, se, de fato, queremos uma revolução verdadeira e que se sustente em permanente transformação ao longo do tempo.

3.1. Território, Estado e classes sociais: um novo sujeito histórico?

Devemos perceber que todas essas amplas massas trabalhadoras, informalizadas, em sua maioria, ou mesmo as formalizadas, porém em situação de precariedade, vivem em alguma comunidade. Parte da classe trabalhadora se deslocou para os bairros mais periféricos ou migrou para zonas semi-rurais, onde busca manter ou reconstruir a sua identidade, participando, em muitos casos, das novas lutas no território onde vive. Não é por acaso que os argentinos dizem que “a nova fábrica está no bairro”, uma vez que algumas das lideranças que ajudaram a conduzir as grandes batalhas dos piqueteiros são ex-operários.

A maioria dessas comunidades enfrenta graves problemas de acesso às políticas públicas, em que as dificuldades de moradia, saneamento, luz, água, edu-

cação, saúde, fazem parte do cotidiano de milhões de seres humanos. Uma característica fundamental nessas comunidades é a noção de territorialidade. Levadas a um certo isolamento social nestes locais em razão de uma baixa condição financeira, as pessoas, no entanto, se reconhecem em seus problemas e limitações, gerando um sentimento de alteridade. Isto também é válido para uma análise das camadas ricas. Basta citarmos os casos dos condomínios de luxo, em que os indivíduos se cercam de todas as possibilidades possíveis para atingir o controle e a segurança do seu bem-estar, isto é, do bem-estar geral dos membros do condomínio. Essa identificação comum, coletiva, leva as pessoas a se reconhecerem em determinado espaço físico, seja ele uma favela, seja um condomínio de luxo, como resultado de uma subjetividade, de uma percepção de sua condição única e particular, em que a identificação coletiva dá-se pelo reconhecimento no outro da sua própria condição. Nesses casos, devemos, então, refletir sobre o papel da produção cultural nesses territórios como possível forma organizativa, uma vez que ela age no imaginário social e cria laços societários mais sólidos, com forte apelo territorial. Como exemplo, podemos citar os grupos de hip-hop, as danças de capoeira, as procissões religiosas etc.

A questão do território também passa pela redefinição do conceito de representação, a partir de uma dimensão sóciopolítica, que prioriza a participação direta através dos territórios. Faz destes locais cenário da disputa e da construção do poder popular, no que se refere à consciência política, à unidade entre a reivindicação e a luta, e ao projeto de transformação da sociedade. Devemos pensar a relação território-hegemonia para além de uma concepção de domínio territorial, exclusivamente. Todavia, a questão do domínio territorial como local concreto de enfrentamento também se faz necessária, como processo de construção da resistência. Tal mecanismo pode ser verificado na árdua luta dimensionada pelo movimento dos sem-terra. Portanto, o território se estabelece como síntese objetiva-subjetiva no processo de luta popular, desde que se possa estabelecer uma relação dialética entre ambos os fatores, e que os mesmos contribuam para a construção da consciência de classe e do poder popular.

O caso expressivo é a existência de acampamentos e assentamentos rurais em grande quantidade numa mesma região. A retomada do controle político da terra possibilita uma maior articulação dos sem-terra em suas regiões, fazendo com que eles tenham maior poder de articulação e de estabelecer pactos com a sociedade, assim como de pressionar o governo por melhorias sociais. Outros exemplos dessa construção, ainda que contraditória, são o Comitê para a Defesa dos Direitos dos Bairros (COPADEBA), em Santo Domingo, República Dominicana; a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), os Piqueteros; o Movimento al Socialismo (MAS), na Bolívia; a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE); Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN), no México.

A luta pela moradia, por exemplo, é uma ação radical em grande parte do território nacional. No entanto, mesmo com todo o esforço empregado e as articulações empreendidas pelos diversos movimentos, não se tem conseguido transformá-las em lutas políticas mais amplas, porque a conquista da moradia, em geral, sem mudanças nas condições de trabalho, se revela insuficiente para melhorar

a qualidade de vida das pessoas em sua totalidade. Claro que existem melhorias efetivadas, porém uma parcela das famílias não consegue usufruir delas. Antes da conquista, a família vivia numa área sem o atendimento da maioria dos serviços públicos fundamentais, tais como luz, água e saneamento, usufruindo parte desses serviços por meio de “gatos”.⁷ Assim, o salário era investido, principalmente, em alimentação, vestuário e transporte. À medida que se conquista a casa e a regularização urbana do terreno, legalizam-se os serviços públicos e o orçamento da família passa a incorporar as contas de luz, água, taxas municipais e a prestação da casa. A conquista da moradia, automaticamente, incorpora-se no processo de valorização fundiária, portanto está inserida numa disputa com o mercado mobiliário. Ora, se o ganho familiar continua o mesmo, como se pagará por isso tudo? Essa situação induz a que muitas famílias vendam o “direito” conquistado a outra família, como forma de ganhar algum dinheiro e ajudar no orçamento doméstico, voltando novamente à condição anterior ou simplesmente entrando em outro processo de luta (ocupação urbana), continuando e renovando o ciclo de exclusão. Isto cria muitas dificuldades para as formas organizativas da comunidade anterior, já que os novos moradores não passaram pela experiência da luta. O que diferencia a luta pela terra urbana da luta pela terra no campo? Certamente a noção de controle do território está, de algum modo, a ela associada.

No entanto, não pretendemos fazer a contraposição entre ambas as formas de luta, já que são específicas e apresentam os mesmos limites e os mesmos potenciais. A luta específica deve ser entendida como parte do conjunto de lutas e reivindicações da massa trabalhadora do nosso país. Pretendemos destacar que só a luta por moradia ou só por terra não resolverá os principais problemas do povo, se não estiverem associadas a um processo de politização das massas, contribuindo para elevar o nível de consciência política e de acúmulo de forças da classe trabalhadora. O grande desafio será conjugar as lutas mais diversas – mesmo as específicas –, integrando-as a um processo de luta política por mudanças nas condições de vida de toda a comunidade e por mudanças profundas no sistema. Mas como articular o conjunto das lutas e categorias nessa perspectiva? Eis o nó que precisamos desatar.

De certa forma, as demandas sociais das comunidades em seu território de moradia já fazem parte desse exercício de consciência, ainda que limitada a aspectos reivindicativos. No entanto, em “seus territórios”, as comunidades socialmente excluídas têm sofrido incessantemente uma dupla opressão: das políticas de segurança que as excluem da efetiva proteção do Estado e da violência e da corrupção policial praticadas impunemente sob a forma de grupos criminosos e de extermínio. Operações policiais agressivas, recursos insuficientes, falta de treinamento e impunidade sistemática para os crimes policiais consolidaram um ciclo de violência que tem devastado as comunidades pobres. Um policiamento baseado em contenção e invasão das comunidades socialmente excluídas criminalizou seus residentes, que sofrem persistentemente a discriminação do sistema de justiça criminal, de setores da mídia e da sociedade em geral. O Estado e seu aparelho repressivo mantém uma

⁷ Ligação clandestina. Ou, segundo o *Dicionário Novo Aurélio* (1999): Bras. “Objeto, serviço ou obra, feitos durante o horário de expediente e/ou com material (da empresa), sem autorização competente”. (Nota do editor.)

relação com as comunidades historicamente determinada por preconceito, discriminação e contenção. Se, por um lado, a instabilidade no trabalho as coloca em territórios periféricos, por outro, a violência e a barbárie a que são submetidas nesses territórios lhes atribui em um forte sentimento de indignação frente à sua condição e ao Estado. No entanto, já não se trata da classe em sua totalidade, mas de parcela desta, fragmentada e atomizada pelo mundo do trabalho precarizado.

Portanto, precisamos compreender que ocorreram mudanças significativas na composição da classe social a partir de suas condições de trabalho e de vida, conforme apresentamos anteriormente, e também perceber a totalidade da classe e de suas contradições, bem como as novas formas de lutas empregadas. Assalariados, semi-assalariados, desempregados, informais, trabalhadores dos setores de ponta e de setores tradicionais, todos conformam a classe trabalhadora, porém com contradições. Atomizada, a classe existe hoje diversificada em categorias (redução quantitativa dos operários, intensa fragmentação no interior de um mesmo ramo produtivo) e estratos, bem como na coexistência de distintos modos de produção numa mesma sociedade.⁸ Sendo heterogêneo o modo de vida da classe, suas aspirações, problemáticas, modos de organização também serão heterogêneos. A articulação dos setores fragmentados da classe trabalhadora deverá ser buscada através de suas problemáticas, expectativas, modos de organização etc., com a finalidade de construir uma consciência coletiva, acumulando poder, constituindo o sujeito coletivo, dando forma a um projeto comum. Este é o desafio (Rauber, 2003).

É desse modo que a análise das classes sociais deve ser interpretada no novo contexto histórico. Os mecanismos de exploração do capital sobre o trabalho, que, em sua essência, continua a mesma, alteraram-se enormemente. Para grande parte do povo, a exploração não se dá diretamente nem formalmente, mas indiretamente e informalmente, ou seja, através da subsunção indireta do trabalho ao capital, em que os camelôs, os pequenos agricultores, os autônomos, as empregadas domésticas são exemplos disso. Essa forma de exploração indireta, por vezes, obscurece a identificação dos inimigos de classe e, ao mesmo tempo, dificulta a organização por categoria. Quem é o inimigo dos camelôs, dos desempregados, de outros trabalhadores, especialmente os vinculados ao setor de serviços? Na maioria das vezes, não fica claro. Então, como trabalhar a consciência de classe? A velha fórmula de como funciona a sociedade, a partir da fábrica e, portanto, da subsunção direta do trabalho ao capital, já não dá conta ou não é pedagogicamente suficiente para a compreensão dos inimigos de classe e para alavancar processos organizativos e de lutas por reivindicações e mudanças profundas na sociedade. Essa constatação não implica o abandono da luta e da organização por categorias. Pode-se e deve-se continuar a tarefa. Mas é preciso destacar que ela só já não dá conta de organizar os milhões de trabalhadores, logo, se quisermos fazer grandes lutas de classes, é fundamental organizar também os territórios e travar outras disputas políticas.⁹

⁸ Segundo Florestan Fernandes (1987), seria a combinação de ritmos históricos diferenciados como forma de so-bre-extração da mais-valia e manutenção da reprodução do capitalismo dependente e periférico.

⁹ A realidade recente na Argentina e na Bolívia mostrou que segmentos importantes da classe na condição de desempregados passam a maior parte de seu tempo em seus bairros (velhos ou novos) ou em zonas semi-rurais de onde migraram, recolocando suas resistências, suas organizações e suas lutas, e sobre esta base seu ser, sua identidade como trabalhadores. (Rauber, 2003, p. 49)

A congregação de grandes massas num determinado território, compartilhando o mesmo lugar e a mesma comunidade, independentemente da categoria da qual façam parte, pode ser um elemento da construção de identidades coletivas. Já o é, objetivamente. A questão é transformar as lutas sociais como subjetividade consciente, capaz de apontar para a radicalização da luta de classes.

Além dos problemas enfrentados pela categoria, quanto às condições de trabalho e à exploração de classe intrínseca ao sistema, soma-se no território outra parte dos problemas e da exploração de classe a que é submetido o conjunto das categorias que ali vivem, maior que a exploração do trabalho. É no território que se verifica a falta de políticas públicas, que se sintetiza na precariedade das condições de vida comuns a todos os que partilham a mesma comunidade, com pequenas diferenciações sociais. É no território que todos, independentemente de onde trabalhem, estão submetidos à mesma condição de classe e às mesmas dificuldades.

É por meio dessa situação que setores do hip-hop fazem a interpretação da luta de classes, mesmo sem ter estudado Marx.¹⁰ Manifestações culturais como o hip-hop devem, assim, ser melhor avaliadas, pois, se considerarmos este movimento como apenas um entretenimento ou uma produção artística, poderemos cair no reducionismo cultural. Nos dois casos podemos desenvolver ações, o que muda é a concepção da nossa ação frente a esse movimento. Periferia contra centro ou bairros ricos versus bairros pobres são expressões de uma consciência de classe elementar e ao mesmo tempo diversificada, não entendida por amplos setores da esquerda. Contudo, ver a comunidade com uma identidade comum acima daquela da categoria e de diferenças outras existentes não impede de constatar que existem limitações ideológicas e de compreensão de classe mais profundas, que, no mais das vezes, levam a comportamentos sectários ou espontaneístas, bem como de não-compreensão dos verdadeiros inimigos. Em geral, vê-se a situação de classe, e não- a posição de classe e, com isso, se visualiza todos os que moram em bairros médios ou ricos como inimigos. Não entender a lógica do sistema e a reprodução deste através das políticas de Estado direciona toda a indignação para a ação contra a polícia como o principal inimigo dentro da comunidade, uma vez que esta é, efetivamente, acionada para o controle dos pobres. Mas o policial, por vezes, também está inserido em muitas dessas comunidades e, como indivíduo ou família, enfrenta os mesmos problemas que os demais.

Apesar de todas as ressalvas feitas e da debilidade dessa visão de mundo, podemos verificar germes importantes de uma plena consciência de classe, não só como categoria, mas como classe trabalhadora. Ademais, nessas comunidades existem muitas iniciativas coletivas, seja de lutas por políticas públicas ou por reivindicações específicas, além de se exercitar, diariamente, a solidariedade entre os vizinhos, exemplificados nos cuidados compartilhados com os filhos, a ligação dos “gatos”, as festas, as reivindicações etc. Há uma produção cultural nova, que, embora esteja bastante impregnada da ideologia da indústria cultural burguesa, ao

¹⁰ No caso específico do *hip-hop*, há uma dialética de resistência e apropriação frente às mercadorias impostas pela indústria cultural. Os princípios dos cinco elementos (o *rap*, a dança, o som, o grafite, o conhecimento) identificam grupos de resistência, jovens artistas que versam a realidade da periferia e que fazem trabalho popular, diferenciando-se de outros grupos que reafirmam a sociedade do consumo e o fetiche da rebeldia americana, vendendo-se para propagandas governamentais etc.

mesmo tempo a adapta e a rechaça, recriando-a permanentemente a partir da existência na comunidade, inclusive com consciência territorial.

Assim, é também a partir do território concreto e dessa identidade/subjetividade coletiva, que é a comunidade, que se pode compreender e disputar a mais-valia social como forma de melhoria das condições de vida, de aprendizado organizativo e participação social para a construção de uma nova sociabilidade e do poder popular. A questão é: como fazer e potencializar isso?

3. 2. Formas de participação social: limites e possibilidades

a. O orçamento público do Município, Estado e País

Do orçamento público do município, qual é a porcentagem *per capita* investida nas comunidades pobres e em quê? Quanto é o gasto *per capita* nos bairros burgueses? Quanto é gasto em obras como túneis, viadutos e outras de grande porte, que normalmente os administradores dizem ser para a melhoria da cidade, que é de todos? Quanto é gasto no pagamento das dívidas públicas e para quem?

A burguesia tem a capacidade de universalizar os seus interesses particulares e de grupos, por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia, transformando aqueles em políticas públicas – criação de cursos universitários, obras públicas, infra-estrutura etc., sob a justificativa de que estes são do interesse geral do povo. Com isso, além da exploração, direta ou indireta, do trabalho e da extração da mais-valia, a burguesia usa os aparelhos públicos dos Municípios, Estados e União para, também, extrair a mais-valia social, obtida através de impostos, taxas etc., cobrados do povo. Essa fatia significativa de recursos extraídos do povo é usada para, direta ou indiretamente, subsidiar e enriquecer o grande capital. Os repasses se dão de diferentes maneiras: diretamente, através de juros e serviços das dívidas; licitações de obras que geralmente são abocanhadas por grupos econômicos acostumados a ganhar; ou, de várias formas indiretas, como a realização de obras de interesse do grande capital, isenção de impostos a grandes empresas, financiamentos subsidiados em longo prazo, além de todas as concessões públicas feitas à iniciativa privada (rodovias, educação, saúde etc.) e as conhecidas privatizações. Segundo Francisco de Oliveira (1998), 30% do PIB foi repassado nos últimos anos ao capital privado. Apesar do discurso neoliberal do Estado mínimo, os Municípios, os Estados e a União foram e continuam sendo um instrumento de acúmulo de capital por parte da burguesia.

Por tudo isso, vale a pena definirmos com maior clareza o sentido de políticas públicas, compreendendo as necessidades das comunidades socialmente excluídas a partir da possibilidade de serem orientadas por iniciativas independentes do Estado. Hoje, vivenciamos a falência da estratégia combinada entre ação institucional e organização popular. A esquerda institucional aperfeiçoou a eficiência do sistema do capital. A relação entre partidos de esquerda, movimentos sociais e Estado nos últimos vinte anos fortaleceu a institucionalidade burguesa, negando, em certa medida, a possibilidade real de debater o sentido de ser do Estado e das formas de participação sociais ligadas a ele.

Esta deverá ser uma das tarefas importantes no trabalho de politização. A partir de dados comparativos simples, o povo pode ter a visão e a compreensão de para que e para quem os aparelhos públicos estão servindo.

b. O poder político no município

Outro tema importante está relacionado com o poder político nos Municípios, Estados e Nação. Para este ponto, tomaremos o exemplo dos municípios. Quem são os indivíduos que estão no poder político local? Os juízes, os promotores, os secretários, o prefeito e os vereadores, a que classe pertencem e onde moram? Este é um bom exercício a ser feito, pois está mais próximo das pessoas. Debater, por exemplo, qual é a representatividade daqueles que estão exercendo influência no poder local, proporcionalmente à composição de classe (da burguesia e dos trabalhadores) presente nos próprios bairros. É provável que, por meio de estudos simples como este, consigamos formar e mobilizar mais que as reivindicações específicas das categorias. Para tal, poderemos avançar na perspectiva de superação dessa forma de representatividade, cimentando um processo de mudanças profundas que apontem para o verdadeiro poder popular. Lênin (1986), retomando Marx, analisa que:

Em 1871, comentando sobre a Comuna de Paris, Marx faz a seguinte observação: "A Comuna devia ser não uma corporação parlamentar, mas sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva... Em lugar de resolver, de três em três anos ou seis em seis anos, qual o membro da classe dominante que deverá 'representar' o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas para recrutar, ao seu serviço, operários, contramestres, guarda-livros, da mesma forma que o sufrágio individual serve a qualquer industrial, na sua procura de operários e contramestres." Entre as medidas concretas tomadas pelos comuneiros, estão: a) supressão do exército permanente, substituindo-o pelo povo armado; b) a Comuna foi constituída por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris. A maioria compunha-se de operários ou membros conhecidos da classe operária; c) A polícia, até então agente do Governo Central, foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável da Comuna. O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração. A começar pelos membros da Comuna, até embaixo, a remuneração do serviço público não devia ser superior a um salário normal de operário. Os direitos de representação dos altos funcionários do Estado desapareceram com esses mesmos títulos; d) Os magistrados deviam perder sua aparente independência. Como os demais servidores do povo, os magistrados e os juízes deviam

ser eleitos, responsáveis e amovíveis. E outras... Assim, a Comuna substituiu a velha máquina do Estado por uma democracia mais completa, isso há quase duzentos anos.

Será que hoje não seria possível encampar junto à população, que percebe e sente a debilidade das máquinas públicas no atendimento das questões sociais, mas que são extremamente generosas com os ricos, uma luta por mudanças profundas nesse âmbito, a exemplo da Comuna? Particularmente acho que essa bandeira é muito forte junto ao povo. O que falta, talvez, seja coragem por parte das organizações políticas de encampá-las e, por isso, nosso instrumento político deverá fazê-lo.

c. A parte e o todo

O poder local é pouco discutido nas organizações políticas, pelo menos na amplitude necessária para a necessidade que temos. Normalmente olhamos para a macroeconomia e para a macropolítica, esquecendo-nos que o sustentáculo disso tudo está enraizado no local. Para se ter uma idéia de como a burguesia valoriza os locais, existem no Congresso Nacional mais de quatro mil pedidos de concessões para canais de televisão locais e nenhum pedido para canais nacionais. A maioria dos pedidos é de deputados e políticos regionais. Por que isso acontece? Por que toda a lógica das disputas políticas eleitorais, parlamentares ou de prefeitos se dá nos locais e regiões, inclusive, como porta de entrada para candidaturas a cargos mais altos? Para se eleger, é preciso dialogar com o sujeito que vive no local.

Na falta de uma interpretação profunda do local integrado ao nacional e internacional e de uma estratégia política que leve em consideração a problemática do povo nos locais, mas também as construções políticas progressistas existentes, fruto dos processos autóctones, mesmo que elementares, não conseguiremos fazer com que as reivindicações propostas em nossas pautas ou programas sejam entendidas e assumidas conscientemente pelas massas dos municípios em suas comunidades. No entanto, em que pese não termos estratégias e políticas claras para os locais, o povo participa e se envolve nas disputas do município, principalmente nos momentos de eleição. Não podemos esquecer que a participação popular nas eleições, em sua maioria, está marcada por uma subjetividade de ganhos materiais em troca do voto. Esta realidade é própria de pequenos municípios, dos bairros pobres e das favelas, mas atinge todo o território nacional como expressão de nossa cultura política elementar.

A maioria das tentativas de unificação dos movimentos sociais através dos fóruns, articulações, coordenações etc. não teve sucesso na perspectiva de horizontalização do processo. Consegue-se unificar nacionalmente, mas, na grande maioria dos casos, a mesma articulação não se dá nos estados e muito menos nas regiões dentro dos estados, sendo que, nos municípios, nem se chega a organizá-la. Poderíamos perguntar: por que a CMS não está nos municípios? Duas possíveis explicações se colocam: primeiro, porque os movimentos não estão organizados nestes ou, caso estejam, não conseguem assimilar o debate das estruturas nacionais de cima para baixo; segundo, o que se discute nacionalmente tem pouco a ver com

o cotidiano das pessoas e por isso não é entendido. Em nossas pautas e táticas políticas, não estamos conseguindo fazer a interação entre a vida das pessoas no seu local, com os problemas e as soluções que estão sendo construídos, com a macropolítica nacional e internacional. A vida objetiva das pessoas passa longe das interpretações políticas e das táticas e estratégias que discutimos e elaboramos. Qualquer instrumento político ou programa sério terá de dialogar com o povo. E o povo está nos locais, nos territórios. Por isso, temos de discutir os problemas locais, conjugando-os às questões nacionais e internacionais, pois as soluções dos problemas locais passam por soluções nacionais e estas passam pelas respostas às demandas e organizações das lutas locais.

Normalmente nos discursos dizemos que quem fará a revolução será o povo brasileiro. É verdade. Se, por um lado, o conceito de “povo brasileiro” ajuda a explicar muitas coisas, por outro é abstrato e evasivo. O povo vive, come, tem sua subjetividade e está morando em algum lugar concreto. Por isso, não obstante os inúmeros problemas, também estão sendo construídas muitas iniciativas e soluções e é onde acontece realmente a solidariedade entre as pessoas. Estas manifestações, segundo Che Guevara (1965), são o germe do socialismo no seio do povo.

Se ao olhar somente para a árvore não conseguimos ver a floresta, o inverso também é verdadeiro, pois, se nos fixarmos somente na floresta, não lograremos ver e conhecer a árvore. Não se trata de se deixar levar pelo impulso pós-moderno e ficar somente na parcialidade; devemos repensar a totalidade sem sacrificar a parte e tomando-a como ponto de partida para a construção das lutas e de experiências do Poder Popular. Isso, de modo algum, prejudica as construções nacionais ou internacionais necessárias da classe trabalhadora; pelo contrário, fortalece-as.

d. Os assentamentos/acampamentos e o município

Os assentamentos e acampamentos de sem-terra estão localizados em municípios. Estes em regiões, estados, assim por diante. Cada qual com uma história, com um povo, com uma cultura, com aliados e até inimigos diferentes, embora, no geral, os inimigos de classe sejam comuns.

A maioria dos assentamentos se envolve nas disputas municipais eleitorais, sem uma política clara, apesar de agirem por princípios gerais norteados pela prática do MST. Por isso, a cada eleição, surgem vários problemas para as direções regionais ou estaduais no sentido de controlar os candidatos que surgem aos montes, por vários partidos, dentro dos assentamentos. Ora, se entendemos que precisamos acumular forças e esta se dá na capacidade do entendimento político da luta de classes e, portanto, na elevação do nível de consciência dos militantes e da base; e se, além disso, necessitamos disputar os espaços na economia, na cultura e na política com os inimigos de classe em todos os âmbitos, seja local, estadual, nacional etc., então, o papel dos assentamentos e acampamentos, assim como da militância, deve ser qualificado. Ademais das lutas corporativas, precisam ser orientados para as lutas políticas e, inclusive, se for o caso, para as disputas eleitorais.

Os assentamentos e acampamentos não podem ser vistos como entes isolados no município, mas como parte da sociedade local. É verdade que eles têm particularidades e, por isso, precisam disputar, entre outros, as políticas públicas

específicas, também, nos locais. No entanto, ao redor dos assentamentos existem outros setores do campo, como os pequenos agricultores, pescadores, quilombolas, etc., bem como os trabalhadores urbanos. Todos esses atores da classe trabalhadora estão interessados em políticas públicas e, se motivados, poderão lutar e se organizar, muito mais que hoje, para a conquista das mesmas. A falta de creches, escolas, bibliotecas públicas, salas de cinema, lazer, emprego, estradas e urbanização, a discussão sobre o controle público do orçamento dos municípios, que precisam atender às demandas populares, são parte dos problemas locais que podem ser mobilizadores e organizadores para o empreendimento de uma nova cultura política no local e, de igual maneira, no país.

A questão é como organizamos a nossa base para disputar as políticas públicas específicas e como nos inserimos e ajudamos a classe trabalhadora local a lutar por estas e a se organizar para, juntos, mudarmos a realidade socioeconômica e cultural do município. Fazem parte do aprendizado, inclusive, a percepção dos limites do poder local e a conseqüente necessidade de uma articulação e construção mais amplas da classe. Poderá se afirmar que a disputa por políticas públicas é uma luta economicista e imediata, o que pode ser verdadeiro, se ficar restrita a isso. Mas será na disputa por melhorias das condições de vida, por políticas públicas progressistas, que poderemos mobilizar, elevar o nível de consciência do povo e ajudar a organizar a construção do poder popular no município. Nessa interação das lutas, na organização interna da nossa base e da sociedade local, é que formaremos militantes e quadros com capacidade política.

Acreditamos que esse campo das políticas públicas é muito complexo. Devemos clarear mais a intencionalidade de fazer a luta nessa área. A estratégia política principal é a construção do poder popular, pois as mudanças que estamos propondo para o campo, bem como as amplas mudanças na sociedade, somente serão alcançadas se conseguirmos construí-lo.

O MST continuará a ser um movimento de luta pela terra e reforma agrária, inclusive como forma de organizar uma parte importante da sociedade, que se mobiliza por essas reivindicações imediatas. Porém, teremos de nos qualificar para ajudarmos na construção da estratégia política principal. As experiências que construímos, com todos os seus limites, são importantes espaços de participação popular e, portanto, de aprendizado da nossa base. Devemos sempre estimular a incorporação do maior número de pessoas nos espaços organizativos, as mais variadas lutas, debates políticos e teóricos, para que, além da participação formal, tenhamos uma participação efetiva e de qualidade e, com isso, formar o maior número possível de quadros não só para o MST, mas para a luta política da classe trabalhadora.

O específico e o geral – neste caso, a luta pela terra e a luta política pelo poder popular, por exemplo – devem ser fundidos. As lutas sociais dos acampamentos e assentamentos por melhorias das condições de vida – que são elementos mobilizadores, pois dialogam com as necessidades imediatas das pessoas – também devem estar articuladas à construção do poder popular no local e nacionalmente, ao lado de outros setores da classe trabalhadora. E, assim, os militantes que atuam prioritariamente no local terão tarefas políticas importantes e

serão fundamentais na interação das lutas imediatas com as lutas gerais e na organização de base – dentro e fora do assentamento. Com isso, incorporaremos muito mais gente, com tarefas e responsabilidades políticas nos vários espaços de atuação.

Ainda no caso dos sem-terra, podemos verificar que a extensão da luta atinge mais de mil municípios em todo o país. Num primeiro momento, poderíamos pensar que é pouco, uma vez que existem mais de 5.500 municípios. No entanto, se esses territórios de luta e debate político aglutinassem outras tantas organizações na construção do poder popular local, já teríamos milhares de trabalhadores e proletários inseridos nos mecanismos de participação social e contestação do modo de vida burguês no município e no estado como um todo. São esses arranjos que devem ser potencializados como instrumentos de massificação. Poder-se-ia afirmar o mesmo da luta pela moradia urbana, nos bairros e etc. Se tivermos a capacidade de projetar e construir o movimento político com os demais setores da classe, talvez, nos próximos cinco ou dez anos, poderemos estar organizados em três mil ou mais municípios. Então, este poder popular real permitiria alterar, de fato, a correlação de forças em nosso país.

Considerações Finais (ou iniciando o debate...)

*Os erros cometidos por um movimento
de trabalhadores autêntico e revolucionário
são muito mais frutíferos e têm mais importância histórica
que a infalibilidade do melhor comitê central.
(Rosa Luxemburgo)*

Como os leitores puderam observar, tentei permear o debate sobre o Poder Popular no decorrer de todo o texto, ora com lições extraídas da história, ora com idéias a partir das experiências estudadas. Assim, o poder não é uma coisa; o poder é relação social. Ele pode ser de dominação, como na sociedade atual, ou propositivo da igualdade entre os sujeitos livres em uma sociedade em transição. O poder Popular, portanto, brota e se realiza com e pelo povo, enquanto classe social, num projeto de construção do socialismo. É a capacidade de pensar, propor e fazer o seu próprio destino e os destinos da comunidade, da região e de um país, respeitando-se as diferenças culturais e as individualidades. Leia-se individualidade aqui não no sentido do individualismo burguês, mas das capacidades físico-psíquicas e da subjetividade dos indivíduos, já que todo processo de construção do Poder Popular necessariamente terá de coletivo.

Criar o novo poder, ou seja, o Poder Popular significa criar novas formas de relações humanas, novas relações societárias, novas relações políticas. Estas não podem começar apenas a partir da “tomada” do aparelho de Estado, mas devem se realizar no processo, na caminhada. Se Marx tem razão ao afirmar que nos fazemos ao fazermos as coisas, o nosso fazer hoje tem de ser um fazer revolucionário. Se quisermos liberdade, o nosso fazer terá de ser libertário.

Criar o Poder Popular significa construir novas relações cotidianamente nos processos de lutas, nas escolas, nas famílias, nas relações entre militantes, nas estruturas organizativas. Em todos os espaços, devemos ir forjando e exercitando os valores e a cultura do Poder Popular. Os sujeitos não se realizam por uma concessão que lhes é dada, mas por sua luta, pois através dela é que se conquista o direito e se adquire consciência dele. A consciência do Poder Popular não será imposta de fora, nem de cima para baixo, mas de um processo que terá lugar a partir da práxis inovadora: lutas/reflexão, prática/consciência, erros/acertos.

Na atualidade, para não cairmos no idealismo, o Poder Popular, enquanto forma, deverá ser o de uma “democracia popular”, uma vez que ainda experimentamos e aprendemos em meio às desigualdades. Se existem desigualdades, deve haver democracia, respeitando-se as opiniões e os direitos das minorias politicamente, e que, ao mesmo tempo, se faça um permanente exercício de construção de hegemonia da classe trabalhadora, o mais horizontal possível. Todavia, não pode ser a democracia burguesa balizada pela falsa noção de igualdade, em que as possibilidades se diferenciam pelas posses de cada um. Deverá ser um exercício da democracia solidária, de participação direta e de construção da consciência de classe.

A conquista do poder do Estado é uma dentre as muitas tarefas importantes na construção do socialismo, pois aquele é fundamental na fase de “transição”, sempre e quando não se pretenda, com e através dele, substituir a classe nesta tarefa.

Estamos num momento em que podemos exercitar a construção do Poder Popular por meio da participação ativa e consciente do povo enquanto classe. Devemos aproveitar isso ao máximo, pois talvez no futuro, tal qual no passado recente, não possamos fazê-lo abertamente. As reuniões, os debates, as assembléias e as lutas, são espaços importantes no exercício da participação e do aprendizado. São momentos em que todos podem dar a sua opinião, divergir e ajudar a construir idéias e projetos coletivos. Se não fizermos isso, como o povo aprenderá a fazer e exercitar o Poder Popular? Poder Popular se faz com participação popular, com a experiência do fazer e de participar. É lento e difícil, mas fundamental para um processo que pretenda ser democrático realmente, que se sustente no tempo, enriquecendo-se cada vez mais. Não será por decreto que faremos o verdadeiro poder popular.

Felizmente, estamos numa fase em que podemos e devemos experimentar várias formas organizativas, com paciência e generosidade, mas com persistência e espírito crítico. As formas organizativas deverão ajudar e se mostrar facilitadoras na implementação dos objetivos principais. O fazer imediato deve estar profundamente vinculado ao que se quer no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- CHE GUEVARA, Ernesto. "O socialismo e o homem em Cuba". Texto dirigido a Carlos Quijano, semanário *Marcha*, Montevideo. Março de 1965.
- ENGELS, Friedrich. "Introdução" In: *A guerra civil na França*. Londres, 1891. (Ver também em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html>).
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 3ª Ed. RJ: Editora Guanabara, 1987.
- LENIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. SP, Hucitec, 1986.
- MARINI, Rui Mauro. *Dois notas sobre o Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1998.
- MARX, Karl. "A guerra civil na França". *Marx & Engels. Textos 1*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor - a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- RAUBER, Isabel. *América Latina: Movimientos sociales y representación política*. 2ª Edición, Buenos Aires, Noviembre 2003.
- WAINWRIGHT, Hilary. *Poder Popular no século XXI*. São Paulo: Editora Xamã, 2005.